

MASSAS

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

Ano I — nº 2 — Setembro de 1989

Editorial

Romper com o Eleitoralismo, mobilizar as massas

"O SALÁRIO CAIU NA GRANDE SÃO PAULO NO PRIMEIRO SEMESTRE. EM JUNHO, O SALÁRIO REAL FOI DE 15,5% MENOS QUE O DE DEZEMBRO, E 11,2% MAIS BAIXO QUE O DE JANEIRO, MÊS DE LANÇAMENTO DO "PLANO VERÃO". SEGUNDO OS CÁLCULOS DO SEADE A MASSA DE RENDIMENTO REAL CAIU 37,6% EM AGOSTO DE 87, EM RELAÇÃO AO PÍCO REAJUSTADO NO PLANO CRUZADO, EM NOVEMBRO DE 86. "APESAR DO CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, O CRESCIMENTO PER-CAPTA ESTÁ DIMINUINDO. ISSO SIGNIFICA QUE PARCELAS CRESCENTES ESTÃO FORA DO MERCADO CONSUMIDOR". "DOS 718,00 EM AGOSTO DE 86, O RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS ASSALARIADOS CAIU 441,00 EM JULHO DE 87, COM UMA PERDA DE 38,5%". ESSES SÃO OS DADOS APRESENTADOS RECENTEMENTE PELO ESTADO.

ELAS NÃO APENAS SIGNIFICAM QUE CRESCERAM A MISÉRIA E A TAXA DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO, MAS TAMBÉM O FLORESCIMENTO DOS LUCROS DOS CAPITALISTAS. É ISSO QUE EXPLICA ULTIMAMENTE A EUFÓRIA DE MAILSON DA NOBREGA, COM SUA POLÍTICA ECONÔMICA. TRATA-SE DE UM ÊXITO DO GOVERNO SARNEY AO CONSEGUIR DESCARREGAR A CRISE SOBRE AS MASSAS EXPLORADAS. EM CONTRADIÇÃO A ESSA OFENSIVA DO CAPITAL, A CUT ANUNCIOU A TAREFA DE UNIFICAÇÃO DAS CAMPANHAS SALARIAIS, QUE ENLOBAM NADA MENOS QUE CERCA DE QUATRO MILHÕES DE ASSALARIADOS. A SUPERAÇÃO DO CORPORATIVISMO SINDICAL E A UNIFICAÇÃO MASSIVA DOS TRABALHADORES LIBERTARIAM UMA PODEROSA FORÇA DE RESISTÊNCIA À EXPLORAÇÃO.

ENTRETANTO, O QUE VEMOS É A AUSÊNCIA TOTAL DE VONTADE POLÍTICA DAS DIREÇÕES SINDICAIS PARA MOBILIZAR UNITARIAMENTE AS BASES.

AS REUNIÕES DAS ZONAIS DA CUT, PELA SUA FALTA DE DECISÃO, ESTÃO DEMONSTRANDO MUITO BEM O IMPASSE DA CAMPANHA. A GREVE DOS PETROLEIROS FOI DESMOTIVADA NUMA SITUAÇÃO DE INTENSA DISPOSIÇÃO DE LUTA. A GREVE DOS BANCÁRIOS PARA O DIA 20 CONTINUA NA INCERTEZA. O FATO É QUE PERMANECE O BUROCRATISMO DIVISIONISTA E PARALISANTE. ALÉM DO TRADICIONAL PAPEL CORPORATIVISTA DA BUROCRACIA, HÁ UM ELEMENTO POLÍTICO QUE TEM INFLUIDO SIGNIFICATIVAMENTE CONTRA O ASCENSO GREVISTA. NO COMEÇO DE SETEMBRO, O ESTADO RESUMIU A OPINIÃO DE JAIR NENEGUELLI DE QUE ESTE ATRIBUIU A REDUÇÃO DO NÚMERO DE GREVES "A PROXIMIDADE DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, QUE LEVOU EMPRESÁRIOS E GOVERNO A EVITAR CONFRONTOS COM O MOVIMENTO SINDICAL". OS NÚMEROS DO ARROCHO MOSTRAM QUE NÃO HÁ NADA MAIS FALSO. A VERDADE É QUE FORAM AS DIREÇÕES CUTISTAS QUE EVITARAM O CONFRONTO POR RAZÕES ELEITORAIS DO PT. ENQUANTO ISSO OS ASSALARIADOS FICARAM À MERCE DE UMA INFLAÇÃO DE MAIS DE 30% AO MÊS E DE UM MECANISMO DE REAJUSTE QUE IMPOZ PERDAS.

CONTRA ESSA ADAPTAÇÃO POLÍTICA AOS EXPLORADORES, CHAMAMOS À VANGUARDA A CRITICAR ESSA CONDUTA E A DEFENDER MEDIDAS DE AÇÃO PARA ESTRUTURAR A CAMPANHA UNIFICADA E EXIGIR A ABERTURA DE UMA CAMPANHA NACIONAL DE LUTA PELA ESCALA MÓVEL, AUMENTO REAL, SALÁRIO MÍNIMO REAL, TERRA AOS CAMPESESES E EXPULSÃO DO IMPERIALISMO. CONVOCAR AMPLAMENTE AS PLENÁRIAS SINDICAIS, FORMAR OS COMITÊS DE LUTA E OS CONSELHOS POPULARES. PARA ISSO, É NECESSÁRIO ROMPER COM O ELEITORALISMO ANESISTENTE.

Unificar as campanhas salariais

**Diadema:
Todo Apoio
às ocupações**

**Por uma Campanha de Luta
Que Lula rompa com a
Frente Brasil**

1º Congresso da Tendência POR

Apresentamos a 2ª parte do resumo da resolução Político-Programática da T.POR aprovada no seu Congresso de Fundação em julho deste ano. Ne-la se insiste na caracterização da crise política como uma crise do regime e não meramente conjuntural ou de governabilidade, como apregoam os democratizantes para ocultar sua política oportunista. E desenvolve uma posição de princípios revolucionários e luta de classes. No próximo nº encerraremos o resumo com a 3ª parte

A CRISE DE REGIME

A Resolução diz que "a crise do governo Sarney vai muito além de um impasse de governabilidade", exprime ao contrário "uma crise do regime político, isto é, que afeta os fundamentos do Estado burguês". Isso explica, inclusive, os novos alinhamentos políticos no interior do Estado burguês. A burguesia foi obrigada, sob proteção do imperialismo, a realizar a transição democrática para preservar as bases do antigo regime militar. A "Nova República" da Aliança Democrática, entretanto, logo expôs a sua impotência perante a crise econômica, que destruiu sua estratégia democratizante. O fracasso dos sucessivos planos econômicos - os ortodoxos e os heterodoxos - longe de unir as frações burguesas, conseguiu dividilas ainda mais. A agudização da crise política se evidenciou no acirramento dos choques entre as diversas frações dominantes e as classes antagonicas no marco da abertura democrática. A fração pró-imperialista agiu motivada pela tendência internacional do capital. Aquela mais ligada ao processo estatizante e ao mercado interno passou a se defender contra as mudanças desmesuradas a favor da recolonização. O fantasma de uma quebradeira geral das pequenas e médias empresas colocou esse setor numa posição de rejeição à via recessionista. O imperialismo intensificou o cerco de sua estratégia utilizando-se da dívida externa. E o proletariado aproveitou para deslanchar a luta de classes".

O episódio da Constituinte mostrou a impotência da classe burguesa nacional para levantar um regime democrático. Aquilo que devia ser o ápice da transição democrática, acabou sob a tutela dos generais e instrumento da UDR contra os camponeses. É que a burguesia semi-colonial está diante de um processo revolucionário e não pode se colocar à frente da nação porque se encontra submetida aos opressores estrangeiros e entrelaçada à oligarquia fundiária. Sua situação de classe semi-oprimida a faz esboçar, de vez em quando, tentativas de resistência ao imperialismo, mas em confronto com o proletariado se funde aos opressores da nação. É isto que, em essência, exprime o seu completo esgotamento como classe dominante.

Nesse mesmo sentido, a Resolução analisa que "o Estado burguês se encontra em total contradição com a necessidade de desenvolvimento das bases materiais da sociedade. A sua função se reduz a sustentar a ditadura da classe burguesa". Por este motivo, a rebelião das forças produtivas atinge os fundamentos do Estado, o que ressalta o seu caráter reacionário. O Estado passa a exercer o papel exclusivo de destruição das forças produtivas e de violência reacionária contra as massas e, nesse choque, tende a se desintegrar. A crise de governabi-

lidade é um sintoma dessa desintegração. O desmoronamento contínuo dos pilares do Estado caminha para atingir o seu último reduto, as forças armadas, o que indica com clareza o amadurecimento de uma situação revolucionária. Evidentemente, se trata de um processo em andamento, mas o seu desfecho só poderá ser a vitória da revolução ou da contrarrevolução, as duas forças presentes desde já na situação.

E como a Resolução concebe a presença do proletariado na crise? "Cabe ao proletariado a tarefa de aplainar o terreno para a chegada de uma crise diretamente revolucionária, construindo o programa de emancipação, formando os organismos de poder de massa (soviets) e aprimorando a sua tática revolucionária para a tomada de poder".

O EIXO REVOLUCIONÁRIO DA SITUAÇÃO E A ESTRATÉGIA POLÍTICA BURGUESA

"O grande ascenso grevista é o eixo revolucionário da situação. O levante de massa tem permitido aos trabalhadores se deslocarem da influência política da burguesia, se unificarem contra ela e se defrontarem com o Estado". O proletariado vem se deslocando desde as massivas greves do ABCD de 79/80 para posições de confronto de classe. De 695.930 grevistas em 1982, houve um salto para 12.047.000 em 1987. Estima-se em 89 cerca de 30 milhões. O ascenso grevista se espalhou atingindo os rincões mais distantes dos centros industriais. A greve geral de 48 horas foi uma clara manifestação política contra o governo. Asinalou-se a via para a greve com ocupação e manifestações de rua. A divisão corporativa e a concorrência entre os próprios explorados começa a se rompendo lugar a unidade de classe. A luta de classes salta das suas formas elementares, moleculares, para as mais elevadas de ação de massa, incorporando inclusive a pequena-burguesia semi-proletarizada. Diante disto, o governo não tem outro recurso senão militarizar as greves, ameaçando com o golpe militar, com a decretação do "Estado de Defesa" ou com a repressão policial.

A partir dessa caracterização concreta do proletariado como a força motriz do processo político é que a Resolução constata que o ascenso grevista é um fator de instabilidade do regime político, daí a intensa campanha contra o grevista feita pelo governo e do esforço por desviar o seu potencial revolucionário para o canal eleitoral. "O fortalecimento do eixo grevista e das ocupações em oposição aos limites disciplinadores da burocracia sindical e do democratismo eleitoral, é uma tarefa fundamental para a defesa estratégica da revolução e ditadura proletárias". A resolução continua asinalando que "as eleições são o campo próprio da política burguesa", através dela a

burguesia constitui o aparato estatal e engana as massas, ocultando por detrás da ficção democrática o seu verdadeiro caráter de ditadura de classe. As eleições e o parlamentarismo são o recurso principal dos capitalistas para preservar sua dominação pela "via pacífica". É a continuidade desta "via pacífica" a que está sendo rapidamente esgotada pelo ascenso operário. Ainda sob o regime militar os trabalhadores se lançaram à ofensiva grevista, mas permaneceram no plano sindical. Durante algum tempo o proletariado caminhou atrás do PMDB, mas logo entrou em choque com este quando, premido pela crise, a Aliança Democrática (AD) começou a golpear as massas. O quadro delineado é a de evolução política do operariado e o crescente polarização de classe, na qual a burguesia se encontra dividida e os explorados mais coesos. "A medida que a centralização das forças burguesas no Estado se torna mais frágil, mais as massas ganham confiança nos seus métodos de luta e se distanciam da política burguesa. Por isso para os exploradores o problema se resume na reconstrução da unidade do Estado, na recuperação do poder do regime político e no rompimento da coesão nacional grevista". "Um golpe militar e a centralização ditatorial seria o remédio mais eficaz. Mas falta à reação preparar o terreno. A burguesia terá ainda de jogar com as armas democráticas disponíveis, contando para isso com a colaboração dos democratizantes de esquerda". As eleições presidenciais comparecem nesta perspectiva como um instrumento poderoso da burguesia na sua tentativa de recompor a cisão do organismo estatal e quebrar o levante nacional grevista. A constituição de um governo com apoio popular, destinado a promover um pacto nacional, teria as condições de promover a centralização estatal e reabastecer para atacar as massas. A concretização desta possibilidade depende do desvio do eixo grevista e do reavivamento das ilusões democráticas.

O PT, segundo a Resolução, é uma peça fundamental na estratégia política burguesa. Os capitalistas pressionam para que o partido se adapte a fundo à política eleitoral e se submetam à disciplina estatal. É de interesse da burguesia que o PT constitua um embrião de frente popular democratizante que funcione como um gargalo afunilado para o movimento grevista. "A luta da burguesia não se concentrará apenas na reconstrução de seus partidos senão, mas também no objetivo de transformar o PT em uma barreira para o combate direto dos assalariados. À vanguarda proletária cabe a tarefa de rejeitar o campo eleitoral como instrumento burguês de reerguimento do regime em crise, se opor ao frontismo eleitoral, à frente popular e voltar todo o esforço para o impulso do movimento grevista".

A burguesia manobra com a crise

Há poucos meses atrás a burguesia descrevia a situação como desesperadora. Em abril o Estadão assinalava: "A economia está desarticulada e a cada dia que passa tem-se a impressão de que todos os controles foram perdidos". O Plano Verão havia afundado. O governo entrou numa profunda paralisia. A desagregação atingia o poder do Estado. A pré-falência financeira da União ameaçava se tornar falência. Os investidores exigiam um seguro para os títulos da dívida pública. A migração da massa de dinheiro especulativo de um pólo a outro de aplicação se acelerava. Tornou-se escandalosa a evasão de divisas. Abriu-se atrito com o FMI. A recessão voltava à cena. No plano político, isso se expressava nas propostas de abreviação do mandato de Sarney e nas pressões da grande burguesia para que o Congresso Nacional assumisse as rédeas do país. Frequentemente, a grande imprensa chamava atenção para o risco que corriam as eleições, diante do precipício aberto pela hiperinflação. E, finalmente, a divisão no seio do governo provocou a queda do ministro da justiça Dias Correa.

Em meio a esses fatos correlacionados, o grande capital responsabilizava Sarney de ter sido incapaz de impor o essencial do Plano Verão, isto é, a desestatização e a abertura do mercado interno para o imperialismo. Ao mesmo tempo, passava a pressionar violentamente para influenciar na sucessão presidencial. Em relação ao primeiro, o Congresso reeditou a linha de desestatização através do Plano de Emergência. Ao segundo, a consolidação da candidatura Collor, embora não desejável, veio superar a indefinição anteriormente criada pela polarização Brizola Lula. Março, Abril e Maio conheceram um poderoso ascenso grevista. A partir de junho, a redução das lutas favoreceram o predomínio da política eleitoral. As frações burguesas ainda se dividiram entre os partidários de um novo choque, o que pressupunha a renovação dos ministros da área econômica, e os da recolocação da política "feijão com arroz", a crescida do ingrediente da desestatização. O triunfo da segunda variante acabou por selar um acordo provisório de pacificação dos ânimos nas hostes da classe dominante.

De um profundo quadro de instabilidade, a burguesia agora pretende apresentar uma relativa estabilidade. O grande capital se apanhou em torno das medidas pró-imperialistas de Plano de estabilização e passou a jogar com o mal menor da candidatura Collor. O otimismo governamental com a retomada do crescimento (3,1% em julho), com a tranquilidade na área especulativa e com as negociações com o FMI, em novembro, não irá muito longe. Nada indica que o crescimento de julho será sustentado. Além disso, não passou de uma débil recuperação de quedas passadas. O empobrecimento do país com a redução do produto per-capta já é impossível de ser escondido. A contenção da crise financeira é pura aparência, pois, ao contrário, cresceu drasticamente o endividamento do Tesouro devido às altas taxas de juros. Logo estourará com maior força ainda. Na área externa só restam as exigências catastróficas do FMI.

Esse hiato no processo convulsivo da

crise, que o governo quer passar como início do controle da economia, servirá para acumular os elementos desagregadores. O recente atrito aberto entre o presidente da Petrobrás e Mailson da Nóbrega tem por motivo divisões em torno de como encarar a exploração inflacionária e as tarifas públicas. A colocação da ministra do trabalho Dorotéia de que ou se arma um novo pacto ou virá um pacote violento é a expressão política da instabilidade que permanece. Por outro lado, a desagregação nunca vista dos grandes partidos burgueses é a medida exata do que será o próximo governo, sendo ou não Collor.

O fundamental disso tudo não se prende apenas ao prognóstico de que, na verdade, não há solução alguma da bancarrota, mas também ao fato de como a burguesia trabalha sua própria crise. O grande capital nacional, tendo por trás o imperialismo, utilizou-se da situação para assinalar um caminho de disciplinamento de todos os partidos, inclusive o PT, que, por sua vez, transmite o mesmo para a CUT. A concentração do PT no jogo eleitoral e a desativação da CUT como instrumento de ascenso são um fator decisivo para rearticulação e toda movimentação burguesa. Tanto é que foram incapazes tanto de responder à ofensiva imperialista de desnacionalização, quanto ao incremento da exploração, assegurada pela nova lei salarial. O governo democrático e popular, o seu respectivo programa e a Frente Popular que os sustenta revelam bem o cretinismo eleitoreiro frente às manobras dos capitalistas. O grave é que, devido a influência sobre a CUT, obstaculiza a retomada da onda grevista. E não é por falta de disposição de combate das massas. Os trabalhadores já começaram a se manifestar à procura da via grevista, acompanhados do retorno do movimento estudantil, que esteve mergulhado numa longa paralisia.

A burguesia continua a pressionar pesado para a CUT não sair da estreita bitola eleitoral em que se meteu. O jogo que Gilmar Carneiro tem feito, em companhia da ala pela qual mais reacionária, para evitar uma grande mobilização dos bancários, que poderia impulsionar a campanha salarial unificada (apenas anunciada e pouco construída), dá bem a dimensão de freio interposto no movimento sindical. Assim mesmo a burocracia não tem alcançado grandes êxitos com os banqueiros, que contam ainda com a possibilidade da quebra da greve sem ter de desembolsar algo significativo. Tudo se tem feito para que a greve no dia 20 não saia.

Uma política revolucionária implica na denúncia implacável da burocracia eleitoreira e no rechaço ao freio da frente populista do PT. Mas esta é apenas uma parte da tarefa. Está colocada a campanha contra o entreguismo pró-imperialista e por um plano de luta, que centralize nacionalmente o movimento operário e reponha as condições de março passado para uma nova greve geral, agora por tempo indeterminado e voltada contra o governo dos capitalistas e o Estado burguês. Esse é o meio para o proletariado intervir na crise econômica e política que assumirá novas formas em bem pouco tempo.

Defender a Frente Revolucionária Antiimperialista e a Estratégia da Ditadura Proletária

A Estruturação da Aliança Burguesa de Esquerda.

O PT vive mais uma crise interna com a intervenção nos diretórios de Volta Redonda e Bauru. A razão que motivou essa medida foi o fato desses diretórios votarem uma moção pelo rompimento do PT com a Frente Brasil Popular. A estruturação da frente eleitoral com partidos burgueses e pequeno-burgueses estalinistas (PSB, PCdoB, PV), finalmente, com a presença do vice-Bisol, senador do PSDB, colocou o PT como pilar de uma frente de colaboração de classe. A exigência do PCdoB de que o vice da frente fosse um representante ligado à ala da burguesia democratizante retrata bem a concepção estalinista de coalisão com esses setores, que falsamente são chamados de progressistas. Antes mesmo da materialização da Frente Brasil, a Articulação tinha como perspectiva uma frente mais ampla, que englobasse o PSDB, PCB e PDT. Ainda hoje, nesse mesmo sentido, a cúpula da Frente vem se esforçando para atrair as raposas do velho nacionalismo burguês, como Miguel Arraes. E se há algo que os estrategistas do PT lamentam é não terem conseguido abrir amplamente o "arco da força". Essa radiografia nos permite ver que o PT é colocado como instrumento para a realização de uma frente ampla com partidos burgueses.

Através da denominação de "frente de esquerda" se esconde o seu caráter burguês eleitoral. Cada vez mais essa política, da Articulação colocará o PT a reboque de partidos democratizantes, bem ao estilo do PCdoB que por muito tempo se arrastou por detrás do PMDB, a ponto de apoiar Quêrcia nas eleições estaduais de 86 contra a candidatura Lula. O aceno de que, no segundo turno, o PT chamaria a unidade das "esquerdas" está indicando que o PDT poderá se constituir no eixo de tal agrupamento, caso as pesquisas se confirmem. Essa dinâmica faz parte da natureza e concepção da Frente Popular e da perspectiva de um governo de coalisão de esquerda.

A Frente, O Programa e o Governo Democrático-Popular.

A Frente Popular tem origem nos objetivos estratégicos e programáticos. Desde o IV Encontro, o PT se definiu por construir um governo democrático e popular para ocupar o posto dirigente no Estado capitalista. A função desse governo seria a de realizar uma série de reformas econômicas e sociais, de sorte que a base capitalista ficasse preservada. Tal linha rejeita, terminantemente, colocar em questão a propriedade dos meios de produção. Tan-

to a grande propriedade industrial e comercial, quanto o sistema financeiro permaneceriam intactos. A propriedade da terra sofreria uma mudança parcial, sendo que de início a reforma agrária se limitaria ao chamado latifúndio improdutivo. O governo da Frente Popular se coloca por respeitar a legalidade da Carta aprovada pela Constituinte reacionária, na qual o problema da terra foi equacionado pela UDR. Uma reforma mais ampla, segundo o PT, só viria com a mudança da Constituição. Isto é, o governo democrático se propõe a recauchutar a legislação, o que certamente não passa de ilusão. Em relação à opressão imperialista, as medidas anunciadas na plataforma de governo prevê as mesmas receitas lenamente nacionalistas de proteção ao capital nacional. Nem mesmo defende o não pagamento da dívida externa. Além-se à idéia de se fazer uma auditoria para apurar o que seria lícito pagar e estabelecer uma norma de pagamento.

Essa orientação implica que o PT se oporá ao desenvolvimento da luta anticapitalista e antiimperialista. Equivale dizer que o governo da Frente Brasil se localiza diante da opressão nacional e de classe como um amotecedor. Para isso, consequentemente, serviriam as reformas. Seria uma farsa atribuir a esse governo um outro conteúdo de classe senão burguês, pois se estrutura como uma ferramenta de orientação do Estado capitalista. E em nada muda o fato deste governo ser mais ou menos democrático, ou de ter

mais ou menos apoio inconsciente das massas populares. É a partir desse conteúdo que verificamos o papel da Frente Popular de canalizar a luta de classes para o terreno da democracia, do eleitoralismo e do Estado. Isto é, ela não se apoia na luta direta das massas para destruir o poder burguês. Pelo contrário, procura arrastar o proletariado e as massas por detrás de uma aliança com setores burgueses, alimentando a ilusão de que a via eleitoral (democrática, legal, pacífica) será o meio dos trabalhadores chegarem ao poder e imporem reformas. O resultado é a quebra da independência de classe do proletariado e a preparação de uma futura derrota. Constituiria um completo erro, portanto, desvincular a questão da Frente Popular da estratégia e do programa.

OPOR-SE COM A TÁTICA E A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIAS

Em todas as Convenções do PT, realizadas recentemente, a T.POR se concentrou ferrenhamente na defesa do objetivo de destruição do capitalismo pela via revolucionária. A meta central de um partido de classe não pode ser outra senão a tomada do poder pela revolução de massa, tendo o proletariado como espinha dorsal. A superação do tremendo bloqueio das forças produtivas, da desagregação da economia e da miséria das massas não terá lugar senão pela independização do país em relação à opressão imperialista e pela expropriação revolucionária da propriedade capitalista. O postulado que ou o proletariado dirige as massas para derrotar o grande capital e passar a economia para o seu controle ou, então, avançará a desagregação econômica em detrimento da maioria explorada tem sua razão de ser no crescente esgotamento do sistema burguês de produção. A análise do marxismo científico de que na etapa superior do imperialismo não há lugar para reformas progressivas e que imperam as tendências desagregadoras é plenamente verificável na atualidade. Trata-se de um fenômeno geral do capitalismo mundial, que

O socialismo democrático de Bisol

Não tardou para o vice de Lula explicitar seu papel de defensor social-democrata na Frente Brasil. No 1º Encontro da Militância do PSB, realizado em Piracicaba, o senador esclareceu que a Frente deve objetivar a "revolução pacífica" e rumar para o "socialismo democrático e pluralista". Esta colocação não traz nenhuma novidade que extrapole a base constituinte da Frente Brasil. Toda ela está voltada para a caça de votos. Precisamente por ser o Sr. Bisol uma ponte com setores social-democratas dos partidos burgueses, que foi brindado com um alto posto na Frente. A defesa da "revolução pacífica" é mais um lance para demonstrar à burguesia e ao imperialismo que não há nada de incendiário numa coligação de partidos como o PT e PCdoB. A afincação de Bisol de que "quando a ordem não está na ordem, ela está na revolução" é o reconhecimento da convulsão em que se encontra o país. Uma frente de esquerda destinada a soluções pacíficas seria um seguro contra e despertar das massas, que despojariam a burguesia pela violência revolucionária. E o que seria o socialismo democrático? Nada mais do que a manutenção do Estado capitalista, com a diferença de em vez de ser dirigido por Sarney, Collor, etc., o seria pela social-democracia, do tipo Allan Garcia, André Peres e outros. Mais uma vez fica exposta a função contra-revolucionária da Frente Popular de manter a ditadura de classe burguesa e de bloqueio ao avanço do movimento operário independente. Fora com o engodo social-democrata! Fora com o pacifismo pequeno-burguês eleitoral! Fora com a Frente Popular Brasil! Viva a Revolução de massa e a ditadura proletária!

FORA COM O ENGODO SOCIAL-DEMOCRATA! FORA COM O PACIFISMO PEQUENO BURGUES ELEITOREIRO! FORA COM A FRENTE POPULAR BRASILELA VIVA A REVOLUÇÃO DE MASSA E A DITADURA PROLETÁRIA!

se manifesta com especificidades na crise brasileira, mas que, no essencial, estas se enquadram na crise estrutural.

O proletariado não tem como se desportar em potência social antagonizada à burguesia decadente se não marchar com decisão para impor a sua ditadura de classe, isto é, um governo de força contra a minoria exploradora. Um partido classista não pode desenvolver a luta anticapitalista se não se dispõe, sem nenhum rodeio, a defender a revolução e ditadura proletárias, que certamente serão realizadas por meio de todo um desenvolvimento de luta política e social. As tarefas de fundo, como a independência do país, a transformação agrária, a estatização e centralização do sistema financeiro, a expropriação dos ramos fundamentais da produção, o planejamento econômico e a erradicação da pobreza, não poderão ser enfrentadas no terreno prático se não estiverem concentradas em torno da estratégia da ditadura proletária e do governo operário e camponês.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que lutamos no VI Encontro com essa posição contra o objetivo democratizante e a constituição da frente de colaboração de classe, levantamos como necessidade a estruturação da Frente Revolucionária Antiimperialista e da Aliança Operária e Camponesa. A organização do combate de massa à opressão nacional e de classe se constitui num imperativo da crise estrutural e da ofensiva imperialista. A construção da Frente Única de luta para combater a reação imperialista e do grande capital é o caminho conseqüente, pelo qual o proletariado pode defender sua estratégia de poder e seu programa e disputar a liderança da maioria oprimida. Sem essa a defesa sistemática

da Frente Única de luta para combater a reação imperialista e do grande capital é o caminho conseqüente, pelo qual o proletariado pode defender sua estratégia de poder e seu programa e disputar a liderança da maioria oprimida. Sem essa a defesa sistemática

CAUSA OPERÁRIA: DO APOIO AO ROMPIMENTO COM A FRENTE BRASIL POPULAR

A moção de rompimento do PT com a Frente Brasil foi de autoria do Causa Operária. Finalmente, essa organização decidiu se contrapor ao frentismo burguês. Trata-se, portanto, de uma virada na sua conduta de adaptação, que a

té então vinha predominando. Isso porque o Causa Operária assinou, através do Sindicato de Carnes e Frios, o manifesto da Frente Popular chamado "Um Compromisso de Classe". Exortando a candidatura de Lula, o manifesto diz: "É por ser um símbolo das lutas operárias, sindicais e populares, por ser a expressão de milhões de assalariados, brasileiros na conquista e construção de um novo Brasil, democrático, progressista e independente, que Lula é o candidato a Presidente da República pela Frente Brasil Popular, formada pelo PT, PV, PCdoB, PSB, partidos que representam o avanço da consciência e da organização política dos trabalhadores". Até o momento não temos notícias de que o CO pleiteou a retirada de sua assinatura de um compromisso tão eloqüente, ainda que seja por razões formais já que propôs o rompimento com a Frente.

A passagem do apoio ao rompimento com a Frente Popular, entretanto, não é conseqüente, pois para isso teria de golpear a fundo a estratégia do governo democrático popular, opondo a ele a defesa da ditadura proletária, o programa e a estruturação da Frente Revolucionária Antiimperialista. Não desconhecemos que o CO recita a todo momento o programa de medidas transitórias, mas subordinando-o à estratégia de um Governo de Trabalhadores da Cidade e do Campo, que de maneira alguma pode ser confundido com o

conteúdo da ditadura revolucionária. Somente nas aparências tal consigna-se opõe ao governo democrático e popular, que orienta a formação da Frente Popular. Tanto é que o CO desenvolve um raciocínio tortuoso em torno do Governo dos Trabalhadores como um fator de intervenção na campanha eleitoral do PT e como elemento de preparação para a tomada futura do poder.

Concebe a possibilidade de um Governo dos Trabalhadores originado do pleito eleitoral, que teria o governo, mas não o poder. "Através das eleições pode se chegar ao governo, mas não a rebater o poder das mãos da burguesia. No entanto, a vitória nas eleições presidenciais (ainda que improvável) seria um gigantesco ponto de apoio para a luta pelo poder se estivesse apoiada em um programa revolucionário, na organização e mobilização independente das massas e na defesa de um governo operário". Essa passagem do artigo "O PT, as Eleições e o Governo dos Trabalhadores", Co nº 89, testemunha a absurda distinção entre um possível governo dos trabalhadores sem o respectivo poder. Não seria forçar, em absoluto, deduzir do exposto que o governo dos

trabalhadores é viável através das eleições e serviria de ponte para uma insurreição, em algum momento. Essa concepção é oposta à do governo operário e camponês, produto do levante das massas e meio para instalar a ditadura proletária dos Soviets. Aqui, a distinção entre governo e poder é uma farsa para encobrir a adaptação eleitoralista e democratizante do CO.

Numa edição anterior, a de nº 83, o vislumbamento do CO com a vitória eleitoral do PT nas municipais o ajudou a explicitar, inconfundivelmente, o conteúdo de sua bandeira estratégica. "De forma que, qualquer medida que o PT tome no sentido de melhorar as condições de vida do povo, estas só serão efetivamente realizadas com o apoio decisivo dos trabalhadores, e neste sentido o PT só poderá exercitar seu governo, sendo este um verdadeiro Governo dos Trabalhadores, vele dizer, no quadro de uma unidade do Estado burguês, um governo de oposição às instituições do Estado burguês, apoiado integral e exclusivamente na organização, mobilização e consciência das massas", ("Por onde Começar", pg. 10). Esta aí o governo dos trabalhadores - saída do sufrágio universal, que faria "oposição às instituições do Estado burguês".

Se o Causa Operária analisasse

Se o Causa Operária analisasse criteriosamente as posições da DS, O Trabalho, veria que estas correntes centristas também atribuem ao governo democrático e popular a virtude de vir a ser um elemento de ruptura com o Estado. O mesmo ocorre com a formulação da CS com seu governo dos trabalhadores. Assim, todas se prendem à política eleitoralista. Para o CO ser conseqüente na sua virada à esquerda, deverá abandonar completamente a bandeira eleitoral democratizante de Governo dos Trabalhadores. Sem isso não tem como ir a fundo na correta posição de exigir o rompimento do PT com a Frente Popular, pois implicaria na ruptura com toda política pequeno-burguesa eleitoral democratizante.

QUE LULA ROMPA COM A FRENTE POPULAR FORMAR OS COMITÊS DE COMBATE, ANTIELEITORAIROS E ANTIFRENTE-POPULISTAS

Junto à consigna de ruptura do PT com a Frente Brasil Popular, o Causa Operária levanta a formação dos comitês independentes pela candidatura Lula. Quer dizer que toda ação política permanece no âmbito das eleições, sem que, inclusive, se faça uma caracterização do papel de Lula na formação da frente popular. Ocorre que o CO se baseia inteiramente na observação de que "a candidatura de Lula agrupa de trás de si o que existe de mais importante e combativo no movimento operário, camponês, estudantil e popular" (CO nº 90). Assim, "...o lançamento de uma candidatura operária apoiada neste movimento de lutas estabelece um terreno de delimitação dentro do qual lutar por uma verdadeira perspectiva de classe (...)" . Acontece que a candidatura de Lula arrasta precisamente uma importante parcela da vanguarda e das massas para a Frente Popular. O PT joga com seu caudilhismo para subordinar a fração proletária mais avançada ao âmbito da democracia burguesa e da influência do Estado.

Um incidente menor?

O Jornal Causa Operária em um artigo sobre Diadema, intitulado "A Crise da Prefeitura", se solidariza "com o movimento popular por moradia". Entretanto, seu objetivo central não é bem a solidariedade e sim esclarecer a "distorção premeditada" por parte dos jornais burgueses que vincularam Manoel Boni com o referido Jornal. De fato, essa ligação o muito nos desgostou. Uma vez desfeita a confusão, chamou-nos muito a atenção a a preciação sobre os acontecimentos de Diadema. Afirma-se que a "intenção da imprensa burguesa é vincular um incidente menor, onde o Prefeito e Vereadores trocaram tapas e espurrões com a polêmica sobre a candidatura Biso) e a Frente Popular que levou à intervenção da direção do partido nos diretórios de Bauru e Volta Redonda". O tratamento do brutal choque - envolvendo 1500 famílias em confronto com um batalhão militar, prisões de dirigentes e expulsões do partido - como um incidente menor, demonstra muito bem o tamanho da política dessa organização. Tal levandade não cogna com a autopromoção de defensores "da independência de classe diante da adaptação política do Partido dos Trabalhadores ao regime". Preciamente em Diadema, a política da Frente Popular do PT demonstrou na prática a sua verdadeira face de adaptação ao regime burguês.

Dificilmente o PT teria como protagonizar a Frente Popular, por seu afastamento pequeno burguês das massas, sem o concurso da burocracia sindical centrada da CUT, que cada vez mais percorre o caminho de subordinação ao Estado capitalista. Não estamos mais diante daquela liderança operária centrada que jogou um papel progressivo, ainda que limitado, na colocação inicial de formação de um partido dos trabalhadores e construção da CUT. Não, o Lula faz parte da ala burocrática que mais tem evoluído para a conciliação de classes. O CO até se esqueceu que na disputa entre Erundina e Pli-

nio de Arruda Sampaio, Lula ficou com o representante mais reacionário da Igreja. Quem de fato é ponte entre PT (e também a CUT), a socialdemocracia européia, o eurocomunismo e os sociais cristãos? Ninguém mais tem a força social alcançada por Lula para ser esse vínculo. E tem mais, Lula é o maior defensor da aliança com os progressistas, que chegaria até Covas. Na Constituinte chegou a se opor que o PT decidisse pelo voto contrário à Constituição, embora já não passasse de formalidade, uma vez que o compromisso estabelecido pelo PT era irreversível.

É necessário dizer que os comi-

tês de apoio a Lula não poderão nem ser de luta, e nem independentes se colocados nos marcos do eleitoralismo e da mistificação do papel da candidatura Lula. A T.POR chama o PT e Lula a romperem com a Frente Popular justamente como forma de denúncia da operação de conjunto para frear o combate de massa e a independência política do proletariado. Neste sentido, rechaçamos o ilusionismo oportunista criado em torno da candidatura operária de Lula. Convocamos a formação de comitês de combate, utilizando-se da situação eleitoral para defender a ação direta das massas, a preparação da greve geral e o desenvolvimento das consignas operárias.

A T.POR tem defendido o voto no PT contra os partidos da burguesia. Mas a razão não reside na caracterização do valor do lulismo para se lutar por uma linha de classe e sim porque a T.POR ainda está no PT e se utiliza da questão eleitoral para desenvolver, ao máximo, a política revolucionária de desmascaramento do reformismo e do centrismo pequeno burguês. Causa Operária não chama Lula a romper com a Frente Brasil Popular (prefere mistificar) porque não poderia pleitear os comitês pró-Lula. O contrário fecharia seu raio de manobra no terreno eleitoral. Fica claro que a proposta de rompimento com a Frente Brasil Popular, que é correta, não passa de uma movimentação no bojo da campanha eleitoral. Isso só serve para confundir a vanguarda descontente com a política da FBP e desviá-la do real combate pela independência de classe.

Fora a intervenção!

A intervenção da direção estadual nos diretórios de Volta Redonda e Baurivisa impede que se prolifere o descontentamento das bases do PT com a Frente Brasil Popular e com o afundamento do partido no mais absurdo do eleitoralismo. A resolução de ruptura com a Frente Brasil Popular se contrapõe, é verdade, à decisão da Convenção Nacional. Entretanto, isso é necessário, pois os petistas que se disciplinarem à Frente estarão impulsionando a colaboração de classes. O ingresso do PT no campo da aliança e do programa burguês resulta num deslocamento político oposto ao do proletariado. Por isso, não há como os classistas acatarem tal decisão, que conduz à liquidação dos traços mais elementares da independência de classe. Aparentemente, a Articulação estaria certa porque cumpriria o resultado da Convenção. Dizemos aparentemente porque a direção majoritária é responsável por colocar o PT inteiramente contraposto ao classismo revolucionário, o que obriga os opositores a não a respeitarem. Desta forma, a intervenção é um ato de força para manter em pé o aparelho eleitoralista e a estratégia pequeno burguesa do governo democrático e popular. A Tendência POR, neste sentido, se coloca inteiramente do lado da Causa Operária e dos diretórios sob intervenção. FORA A INTERVENÇÃO! FORA A FRENTE BRASIL POPULAR! POR UMA LINHA PROLETÁRIA DE INTERVENÇÃO NAS ELEIÇÕES!

Esconder a verdade de quem?

"O único combate a esta estratégia (refere-se à Frente Brasil Popular) nos encontros do PT foi a deste jornal que opôs a ela uma estratégia de classe, pela luta por um governo dos Trabalhadores da Cidade e do Campo". Estas são palavras do Jornal Causa Operária, nº90, no artigo "A Perna Esquerda da Frente Popular", assinado por João Carlos Del Maestro. Será isso verdadeiro? Na Convenção Estadual/SP, a Tendência POR, em seu folheto "Duas Estratégias Opostas para o Encontro Estadual do PT: A Democratizante e a Revolucionária", depois de analisar toda política de democratização do Estado e de demonstrar que, desde a Articulação até a CS, todos estavam pela estratégia do governo democrático popular, fez a seguinte defesa:

"A Tendência POR, baseada nessas divergências de princípios não pôde participar de nenhuma das frentes opositoras à Articulação, embora considerasse fundamental a conformação de um forte pólo classista. A chapa "PT de Luta e de Massa", que poderia a glutinar esse pólo, optou pela mesma linha de governo democrático-popular da Articulação. Devido a isso, o POR propõe o voto nulo no Encontro Estadual e em defesa dos seguintes pontos: 1) Que o PT tome como eixo revolucionário da situação o levante grevista, se colocando pela Greve Geral por tempo indeterminado e pela ampliação do combate. E que defina uma clara orientação de luta camponesa pela terra e pelo combate contra a reação da UDR e do governo, 2) Que se coloque pela estratégia da tomada do poder, isto é, pela revolução e ditadura proletária, o posta à estratégia do governo democrático-popular, 3) que se levante um programa de transição, que una as tarefas democráticas e nacionais com as do soci-

alismo (expropriação da grande propriedade); 4) Que se posicione pela tática revolucionária da ação direta, que subordine a luta eleitoral e a torne em meio auxiliar da luta direta pelo poder; 5) Que se posicione pela Frente Única Antiimperialista, dirigida pelo proletariado, contraposta ao frentismo eleitoral democrático; 6) Que se repudie a Frente Popular de conciliação de classe, a tática de conexão com partidos burgueses e o governo de coalizão; 7) Que se coloque pela aliança de massa e de luta direta dos operários e camponeses; 8) que se posicione por uma linha revolucionária de participação nas eleições, a qual deixará claro às massas que só através da destruição do Estado burguês e do estabelecimento de um governo operário e camponês o poder poderá passar de fato para as mãos das massas exploradas".

Inúmeros delegados do CO conheceram esta colocação da T.POR em plena Convenção. E qual foi a posição tomada? Apoiaram a chapa "PT de Luta e de Massa", formada pelo O Trabalho e Convergência Socialista e que, em suas teses, defendem claramente o governo democrático e popular. Foi por isso que a T.POR rejeitou se alinhar com tal posição oportunista. Mas a Causa Operária não se envergonhou em correr atrás dos centristas: votou na chapa frente popularista. Isso nos traz uma pergunta: A quem a Causa Operária quer enganar?

Observação: Os leitores poderão conhecer por completo a posição do POR em todas as Convenções do PT, realizadas nos marcos do VI Encontro, adquirindo o folheto: "Contra o Eleitoralismo Reformista e Por Uma Linha Revolucionária".

Campanha Unificada: formar os comandos de base e o comando geral eleito nas assembleias

A CUT lançou em Agosto uma campanha que procura unificar as campanhas salariais do 2º semestre, ao redor das seguintes reivindicações: pagamento semanal de salários com correção pelo BTN fiscal, reposição das perdas, congelamento dos gêneros de primeira necessidade, liberdade de organização sindical, unificação das datas base, reforma agrária e contra o pagamento da dívida externa.

A Campanha, que coloca objetivamente a possibilidade de uma greve geral, é lançada pela direção cutista após todo um período (que se seguiu à greve geral de março), onde, ao invés de centralizar todo o movimento grevista que se desenvolvia plenamente, através da greve por tempo indeterminado, se perdeu num inútil esforço no sentido de obter uma reposição salarial via "fóruns intersindicais". Um período onde se adaptou às pressões da Frente Brasil Popular e da imprensa, no sentido de não prejudicar a candidatura de Lula com o grevismo, e em oposição às greves, chamou a campanha "Mais Salário e Mais Democracia".

A conduta da CUT demonstra a vacilação de sua direção sob o fogo cruzado que tem, de um lado, as massas procurando resistir aos sistemáticos ataques às suas condições de vida, de maneira generalizada e, portanto, colocando a perspectiva de luta política contra o Estado, e, de outro, as pressões da classe inimiga, que procura atraí-la para o campo puramente institucional, hoje precisamente para a perspectiva eleitoral. A direção da

CUT, na sua maioria ligada à Articulação, tende a se opor à generalização das lutas, porque isso coloca a luta contra o Estado burguês, coisa que o reformismo é incapaz de fazer. É por isso que as últimas campanhas unificadas não se desenvolveram na prática: a política dominante nos sindicatos (democratizante, reformista) tem sido o principal fator de divisão dessas campanhas, que tem, inclusive, uma tendência objetiva à unificação (mesmas reivindicações, mesmo período, proximidade geográfica, etc.).

A falta de centralização (e de perspectivas) levou as greves do primeiro semestre ao isolamento, e em seguida a um sensível refluxo. A queda registrada no início desse segundo semestre, permitindo ao regime em crise justamente num período eleitoral, impor uma política salarial que arrocha os salários no mínimo 5% ao mês, deve ser debitada na conta da burocracia reformista que, enquanto as massas se batiam procurando a unificação, discutia nos congressos da CUT como colocar as eleições como eixo central da atividade cutista.

Mas a campanha de unificação pode levar ainda a grandes mobilizações até o fim do ano. O movimento operário começa a dar sinais de que está para retomar o ascenso grevista: é só ver as greves por categoria ou região que tem rompido ou estão para romper: borracheiros SP, Franca, Petroleiros, etc.. A retomada do ascenso, que ocorre justamente com um crescimento das lutas populares por

moradia e contra aumentos de tarifas (Londrina), e ao mesmo tempo de grandes mobilizações estudantis, aponta para uma grande mobilização de massas contra o regime, que somente pode ser encabeçada pelo ascenso grevista do movimento operário. E as campanhas salariais em curso, se unificadas, têm importância decisiva neste momento. Entretanto, a unificação de fato delas depende da orientação da campanha

- Unidade de fato das campanhas!
- Unidade não apenas nas reivindicações, mas na própria luta: não se adaptar às diferenças de datas base, fazendo greves separadas, mas sim unificando as campanhas rumo a uma greve unificada intercategorias, como em 85. Os bancários, petroleiros, etc que têm data base agora, junto com químicos, plásticos, metalúrgicos, etc que têm data base em Novembro.

- Unificação pela base entre as categorias! - É preciso formar comandos de base intercategoriais, eleitos em assembleias conjuntas massivas, com poder de deliberação acima do corporativismo predominante nos sindicatos: comandos unificados de fato, não com as características federativas que assumem quando organizados somente com a participação de representantes de diretorias. Assim, expressarão as tendências de luta das bases, diretamente, e não das direções, sob pressão do eleitoralismo. E a formação de um comando a nível nacional único de base, por cima dos sindicatos, para centralizar e impulsionar as lutas rumo à greve geral por tempo indeterminado

A CS veste a carapuça

No início de Agosto, quando a situação no movimento operário era outra e os números indicavam a queda no número de greves a nível nacional, a Convergência Socialista, no seu jornal nº 219, procura explicar o declínio do grevismo contrapondo-se à afirmação de Sarney na TV Bandeirantes, onde ele afirmou que a causa da queda seriam as eleições. Segundo a CS, "os trabalhadores derrotaram o Plano Verão", lançado em Janeiro, impedindo com suas greves, o congelamento dos salários, as privatizações das estatais e as demissões em massa." Quando Sarney aponta para os eleitoralistas como os culpados pela redução das greves, a CS veste a carapuça e sai em defesa dos mesmos (e de si mesma).

Em primeiro lugar, os trabalhadores não recuperaram as perdas com o Plano Verão. O arrocho está de pé, e, aliás, crescendo pelo menos 5% ao mês com a nova política salarial. A queda do número de greves não é responsabilidade dos trabalhadores, mas de suas direções.

A falta de um plano de lutas que projetasse a resistência grevista ao arrocho, no sentido da greve geral por tempo indeterminado, que se impunha e que ficou materializada nas greves por categoria que continuaram após o 1º e 15 de março, levou as lutas

ao desgaste pelo isolamento. A insistência em procurar os fóruns de negociação, cedendo às pressões eleitoreiras da Frente Brasil Popular, levou a CUT a se colocar não pela greve geral por tempo indeterminado, mas pela campanha distraçionista de "Mais Salário e Mais Democracia".

Segundo, as eleições têm de fato importância decisiva nesta questão. Os congressos da CUT, regionais e estaduais passaram a maior parte do tempo discutindo a campanha de Lula à Presidência, colocada na maioria das vezes como eixo central de intervenção da Central, e, ao mesmo tempo, deixando de discutir aquilo que seria mais importante no momento: um Plano de lutas para centralizar e unificar todo o ascenso grevista rumo à greve geral. O eleitoralismo dominante cumpre hoje a mesma função que a política de pressão parlamentar sobre a constituinte e as "diretas em 88" cumpriram recentemente: paralisar a CUT e a tendência de luta das massas.

A cortina de fumaça lançada pela CS ao redor da redução grevista não vai além de uma tentativa infeliz de eximir de responsabilidade a direção da CUT (e a própria CS) pelo eleitoralismo que mostra estar a cada dia em maior contradição com as tendências próprias das massas.

Bancários:

Do que a burocracia é capaz

A partir da segunda semana de agosto, passou a ser distribuído em diversos encontros do movimento sindical cutista um texto de crítica à prática da Convergência Socialista em Bancários, de autoria do Presidente do Sindicato dos Bancários de SP e Secretário nacional da CUT, Gilmar Carneiro. Esse documento procura criticar o posicionamento adotado pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, de influência da CS, que criticou no boletim da categoria a conduta de Gilmar Carneiro no Encontro Nacional, quando este propôs em plenário a abstenção dos delegados identificados com a Articulação diante da votação das propostas para a eleição da executiva do comando nacional: uma, aprovada em plenário cutista, que defendia a participação de base, e outra dos pelegos das federações e sindicatos não cutistas, que levou à divisão da delegação da CUT e permitiu a vitória da proposta pelega, bloqueando a participação das bases e deixando o comando nas mãos da burocracia sindical.

A matéria do sindicato do Rio coloca a responsabilidade desse desastre sobre Gilmar Carneiro. Este, em sua resposta, procura, linha por linha da matéria, demonstrar que houve por parte da CS, desde o Encontro até a própria matéria do boletim, esquerdismo, oportunismo, mentira e desonestidade. Os argumentos principais utilizados para isso são: 1) Que a CS queria impor centralismo democrático na delegação bancária, pois quis fazer a Articulação cumprir a resolução da plenária, segundo a qual somente se apresentaria a proposta vencedora, e a Articulação não iria se submeter a algo que a CS não se submete nas instâncias da CUT; 2) Que a proposta vencedora dividiria a categoria, dando pretexto aos pelegos para que rompessem. A diferença de composição seria 9a3 para a CUT, segundo a proposta vencedora, e 10a5 segundo a proposta de Gilmar. A primeira seria inaceitável para os pelegos e a segunda não. A primeira "humilharia" os pelegos e a segunda "garantiria a unidade"; 3) Que os votos diferenciados da delegação da Articulação refletiam as consciências de cada um, enquanto que os das tendências eram imposição de seus chefes (11?); 4) Que Gilmar teria feito a proposta em plenário para mostrar aos setores não cutistas que havia dentro da CUT um setor que queria a unidade com eles (mesmo que isso implicasse em dividir a própria CUT!).

A discussão está colocada em falsos eixos. Aqui, não importa se a proposta era sobre o comando ou sobre a executiva do comando, também não importa se são diferentes as percentagens na composição do mesmo, ou se a Articulação deve ou não adotar um centralismo democrático partidário ou sindical. É falso também dizer que se romperia a unidade

da categoria se os pelegos fossem "humilhados" na correlação de forças na executiva do comando. Uma ampla participação das bases é que se coloca como indispensável para haver realmente uma unidade para a luta. E foi contra isso que Gilmar se colocou.

Sua conduta é reflexo dos choques que se abrem cada vez mais entre o ascenso das lutas e as direções e os aparelhos sindicais. Com o avanço da luta de classes e a tendência à generalização, coloca-se a perspectiva de luta contra o Estado. O movimento, então, dois caminhos: ou ele avança rumo a esta perspectiva (o que depende de uma direção que coloque a tarefa de destruição do Estado burguês e lute pelo Governo Operário Camponês, vale dizer uma direção revolucionária), ou ele é contido, e retrocede a etapas anteriores (por categoria, por empresa, etc), o que é feito pela conduta das direções reformistas que se opõem à luta de massa que coloque em risco suas "sagradas" instituições democráticas (burguesas). É essa situação que faz com que setores da CUT sejam capazes de preferir a unidade com os pelegos, quebrando as lutas, a deixar que as bases radicalizadas assumam a direção das mesmas.

A questão é que a política da Articulação, com sua estratégia reformista do governo democrático popular, leva os sindicatos cada vez mais para o sentido oposto ao das tendências das massas, e isso obriga suas direções a tomarem uma postura cada vez mais burocrática (coisa que vem se evidenciando nos congressos da CUT). Se uma parcela dos militantes da Articulação começa a se opor a esse rumo, é porque estão sob pressão de suas bases e expressam essa contradição.

A conduta da CS, por sua vez, não é a de criticar a Articulação pelo reformismo, que leva Gilmar a preferir a unidade com os pelegos à própria unidade da CUT, mas a de criticá-lo por não ter cumprido a deliberação da plenária, impedindo "objetivamente" a vitória cutista. Essa atitude reflete o centrismo político dessa corrente, pois ao mesmo tempo em que se coloca à esquerda da Articulação defendendo corretamente a participação das bases na executiva do comando, canalizando as pressões das bases radicalizadas, omite a crítica fundamental ao reformismo, o que seria impossível de ser colocado juntamente com sua atual política eleitoralista, que procura canalizar todo ascenso a serviço da caça aos votos para Lula presidente.

Coloca-se para a categoria bancária a estruturação de uma alternativa de direção, baseada num programa revolucionário, para projetar todo o potencial de luta da categoria a nível nacional, colocando a perspectiva de unificação com as outras categorias, rumo à greve geral por tempo indeterminado.

Têxteis SP: Pelego mete a mão

A diretoria pelega do Sindicato dos têxteis SP acaba de aprontar mais uma: em uma assembleia no início do mês de agosto, um setor da diretoria acusou o tesoureiro e o presidente do sindicato de estarem desviando dinheiro do caixa, o que levou o sindicato a uma situação de semi-falência. Demonstrando que as diferenças entre ambos não é de princípios, não denunciou o fato para o conjunto da categoria, muito menos propôs que se formasse uma comissão de auditoria eleita em assembleia para apurar as irregularidades. Em vez disso, encaminhou que se aumentasse as mensalidades dos sócios para 1% dos salários e que se descontasse uma taxa assistencial extra sobre qualquer antecipação que a categoria recebesse.

Isto já vale para a antecipação de 44,43% obtida recentemente. Os 3% desse to

tal já vai para a diretoria do sindicato que "empregará" esse dinheiro na tal reforma da colônia de férias, que nunca termina. A refrega entre burocratas/pelegos se reduz, portanto, à briga pela repartição dos fundos sindicais. Ao contrário, eles se unem em época de eleição para somar forças e garantir a continuidade desta verdadeira "quadrilha" no comando do sindicato. Unem-se, também, contra as lutas e a organização da categoria.

A Oposição Cutista denuncia a fraude dessa diretoria como sendo uma manifestação da corrupção de um organismo operário pelo capitalismo, e procura construir-se enquanto alternativa de direção para a categoria a partir das lutas e da organização de base no combate implacável contra o regime capitalista.

Abaixo o gangsterismo

No último dia 10 de agosto, durante uma greve Sabroe, em São Paulo, 2 metalúrgicos foram agredidos por assessores da diretoria do sindicato. Um deles, ferido pelas costas com 2 tiros, morreu dias depois. No momento da agressão, estava presente na porta da fábrica a diretoria do sindicato. Fato semelhante ocorreu no dia 7 de Julho no 9º Congresso metalúrgico, quando operários ligados à CUT foram agredidos à coronhadas e tijoladas por assessores da diretoria no momento em que tentaram se manifestar.

O peleguismo, com sua prática cada vez mais em contradição com as aspirações dos trabalhadores, têm sido obrigado, para fazer valer sua vontade, a utilizar de métodos cada vez mais violentos, chegando a o ponto da agressão física. A prática do gan-

sterismo do "sindicalismo de resultados" de Medeiros e Magri mostra assim sua verdadeira face.

A denúncia do peleguismo feita pela CUT deve ser acompanhada de uma política e uma prática oposta àquela do peleguismo, ou seja, que esteja de acordo com a tendência de luta da categoria: organizar a categoria para uma campanha salarial de luta, rumo a greve geral. A construção de uma direção alternativa passa necessariamente por este caminho.

É mais - a denúncia não deve se restringir à categoria metalúrgica, mas a todas as outras, principalmente àquelas onde pelegos de menor estatura colocam o "sindicalismo de resultados" como modelo de prática sindical.

Securitários: preparar a greve!

Os securitários se enquadram hoje entre as categorias de menor piso salarial do país. Até julho deste ano, o piso era de NCZ\$ 280,00, sendo que a grande maioria dos trabalhadores da categoria sobrevive desta miséria.

A Campanha salarial 89, que deveria ser o momento da classe se unir contra a exploração dos patrões por melhores salários, foi mais uma vez boicotada pela ação confusionalista da burocracia reacionária, que se encastela há mais de 20 anos dentro do sindicato. A de 90, que diante da derrota da de 89 se inicia agora, também está sendo boicotada pela diretoria que, na tentativa de fechar o sindicato para o ativismo combativo, sequer convocou uma assembleia para a tirada de delegados ao encontro nacional de base, indicando seu próprio nome para participar das atividades. Entretanto, tais fatos não param por aí, em seu boletim N°18 a diretoria quiz, hipócritamente, justificar o péssimo acordo assinado recentemente, jogando a culpa na não participação da categoria, isto quando ela própria boicota esta participação. No mesmo boletim, chega ao cúmulo de elogiar a política salarial do governo, afirmando ser este um mecanismo de defesa dos salários!

Evidentemente, a diretoria do sindicato está contra os interesses dos trabalhadores e aos securitários não resta outra alternativa senão remover este câncer de den-

tro do sindicato. O contrário significa aceitar passivamente a deterioração cada vez maior das suas condições de vida, a miséria a fome, etc.

A oposição está reservado o papel fundamental de recuperar o sindicato para a classe e a lutar por melhores salários e condições de trabalho. Neste sentido, deve assumir a direção da campanha salarial pelas seguintes reivindicações:

- PREPARAR A GREVE DESDE JÁ!
 - Pela reposição de todas as perdas salariais;
 - Aumento real de salário;
 - Piso salarial de acordo com o salário mínimo do DIEESE;
 - Escala móvel de salários;
 - Delegados sindicais e comissão de empresa com estabilidade;
- Desse modo, tendo por eixo central as reivindicações acima, a Oposição luta por organizar a campanha na categoria adotando as seguintes medidas práticas:
- Reunião por empresas;
 - Assembleias gerais;
 - Formação de um conselho de representantes de empresas eleito pelos trabalhadores.
- Sendo que toda essa mobilização tem como perspectiva estruturar a luta da categoria de forma a juntá-la a Campanha Unificada da CUT.

Diadema: A ocupação põe na prática o PT contra a luta de classes

AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DA OCUPAÇÃO.

A ocupação do terreno da prefeitura de Diadema, por cerca de 1.500 famílias, trouxe à luz do dia as contradições fundamentais do PT. O partido foi colocado diante de um importante teste, que, longe de ser regional, implicou numa atitude política de grande alcance de sua direção. A ocupação foi massiva e refletiu a profunda crise social em que está mergulhado o país. A luta pela moradia em Diadema é parte do imenso movimento popular que vem se desenvolvendo nos últimos tempos nos grandes centros urbanos. Há milhões de sem teto ameaçados nas condições físicas elementares. A crise capitalista e a super-exploração transformam uma vasta camada operária em semi-lumpesinato e daí em lumpesinato.

A impossibilidade de pagar aluguéis e a ausência de onde morar são um passo para anular uma importante parcela das

forças produtivas. A família trabalhadora, privada de moradia, está reduzida a total miserabilidade. Desta forma, o movimento de ocupação de terras responde à defesa elementar de sobrevivência, já impossível de ser assegurada no capitalismo. Pois bem, este é o teste a que o PT como um todo foi submetido. Como responder à luta social? Como se colocar diante da ocupação como uma forma de ação direta? Como posicionar a prefeitura dirigida pelo PT, diante do movimento popular? Não há maior teste para uma política partidária do que responder a tais questões concretas.

A MILITARIZAÇÃO E O DESPEJO.

Já faz um mês que o Buraco do Gazuza virou um campo de batalha. Inicialmente, o prefeito lançou uma primeira investida para desalojar os ocupantes, utilizando-se da liminar de reintegração de posse. A polícia militar só não entrou em choque

com os trabalhadores porque os funcionários da prefeitura se solidarizaram com os ocupantes e se negaram a cumprir a ordem de despejo. Sob pressão, o prefeito suspendeu temporariamente a intervenção militar e passou a agir no sentido de dividir os ocupantes com a proposta de recadastramento, mediante a qual só uma parte do terreno seria cedida. O fracasso dessa linha, que o Diretório chamou de "negociação", levou o prefeito a se utilizar da força militar. Um pelotão de mais de 300 policiais invadiu o terreno desfechando a violência repressiva, como já nos é conhecida. As cenas de derubada dos barracos, espancamentos e prisões, que tanto o PT condenou por ocasião das invasões na zona-leste, sob a administração de Jânio Quadros, foram os resultados das ordens do prefeito e da conviência política do Diretório do PT de Diadema. O PT militarizou o movimento popular como qualquer administrador capitalista o faria.

GOLPEAR AS LIDERANÇAS.

A prisão dos vereadores Manoel Boni, Romildo e do vice-prefeito Antonio Justino passou a ser um alvo da polícia militar. Evidentemente, o movimento dos sem-terra, de início espontâneo, passou a se organizar em torno desse militantes. Essa ala do PT, pertencente a correntes políticas, como Boni da Tendência pelo P.O.R., apoiou imediatamente o movimento e exigiu que o Prefeito concedesse o direito de uso e urbanizasse o terreno. A reação repressiva do prefeito os obrigou a organizar a resistência popular, tornando-se naturalmente as lideranças da ocupação, como aliás deve se comportar os militantes proletários. Por essa mesma razão, passaram a ser alvo estratégico da repressão. As duas prisões consecutivas serviram para desorganizar a resistência e golpear duramente o movimento popular. Como vimos, foi aplicada não só a força bruta policial indisciplinada, mas a tática militar de desbaramento da direção da luta. E quem responde por toda essa ação é, sem dúvida, os mandantes do PT. Por isso o Partido se comprometeu diretamente com uma forma de violência típica dos órgãos de repressão política.

Câmara municipal se solidariza com preso político

O vereador Manoel Boni, ainda sob ameaça de prisão e sob processo, apresentou uma moção ao plenário da Câmara Municipal de Diadema propondo a suspensão das sessões ordinárias por tempo indeterminado em solidariedade ao companheiro Romildo Raposo e pela defesa de sua libertação. Na justificativa da moção, Manoel Boni chama a atenção para a gravidade do Prefeito jogar a polícia militar sobre os trabalhadores do buraco do Gazuza e afirma "que nunca mais sejam tratadas as questões sociais como caso de polícia". Depois de muito se debater a atitude de verne do Prefeito do PT, a Câmara votou favorável à moção. Embora predomine na Câmara a representação dos partidos burgueses, a acatilação por unanimidade de suspender as sessões e defender a libertação imediata de Romildo foi um ato democrático, oposto à truculência ditatorial do Prefeito José Augusto.

Liberdade a Romildo

A Tendência POR chamou um Ato em frente à delegacia, onde Romildo se encontra preso. O Prefeito José Augusto pretende passar a idéia de que não se trata de um prisioneiro político, mas sim de um caso comum. Questionado pelo Diário do Grande ABC, o Prefeito diz: "A reintegração de posse já foi suspensa. Se fosse uma questão política porque só ele continuaria preso?". Segundo o Diário, José Augusto lembrou "que o vice-prefeito Antonio Justino e o vereador Manoel Boni, líderes da ocupação, estão em liberdade". Mas o Prefeito não parou aí, rebatendo a declaração de Lula contra o uso da força militar para desalojar os ocupantes. Para se ter a idéia do seu mal caráter basta que se leia essa declaração: "A polícia foi chamada apenas para garantir a execução da liminar. Uma ação sem caráter repressivo". E se fosse repressivo então?

Mas o que importa é que José Augusto pretende descaracterizar a raiz político-social da questão e transformá-la num caso corriqueiro de marginalidade. A continuidade da prisão de Romildo corresponde a um ataque a um militante que se posicionou a favor dos explorados. A sua prisão advém desse fato. E também não se deve esquecer a sua condição de membro da Convergência Socialista. O mesmo se pode dizer de Boni, da Tendência POR, e Tonhão dos Independentes. Ambos estão enquadrados em processos resultantes de denúncias armadas pelos funcionários subordinados a José Augusto e podem ser novamente presos. Não é preciso ser marxista-revolucionário para se posicionar contra essa farsa de José Augusto e as prisões, basta que seja apenas um democrata honesto para fazê-lo.

A UTILIZAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA

O prefeito José Augusto, ao evocar a polícia militar e a legalidade burguesa, se valeu do braço armado do Estado capitalista. Não há nenhuma distinção entre o uso da polícia por Jânio Quadros, Quéricia, etc e pelo Diretório do PT. As forças de repressão são fundamentalmente um aparato de proteção das relações capitalistas de propriedade e de defesa dos explorados frente à luta de classes. Se é um ditador que as utiliza ou um democrata, em nada muda a função do aparelho de repressão. José Augusto jogou a besta armada contra os sem-teto. Em nome do PT, procurou derrotar militarmente um movimento que tem origem na exploração capitalista do trabalho e na profunda miséria das massas. O PT se comprometeu, no plano prático, não só com a política burguesa, mas também com o mecanismo de segurança militar do Estado capitalista. Essa é a implicação mais profunda que demonstra o quanto o PT está integrado às relações do Estado burguês, através de sua política de democratização e gestão reformista da economia.

A EXPULSÃO DOS MILITANTES

A expulsão de Boni, Romildo e Antonio Justino ocorreu nessas circunstâncias. Antes mesmo de se reunir a denominada Comissão de Ética já havia um veredito. Em 21/8 a Folha de S.P. prognosticava que Manoel Boni seria expulso e os demais possivelmente suspensos. Finalmente, prevaleceu a expulsão de conjunto. Quem os expulsou? Exatamente o prefeito, que tem em suas mãos o Diretório Municipal. A mesma força do PT, que armou o quadro de repressão e manobras contra o movimento de ocupação, teve o poder de decidir sobre a expulsão. A medida visou objetivos claros: livrar-se dos adversários vinculados às lutas e fortalecer a burocracia dirigente, que tem a máquina administrativa em suas mãos. Entretanto, a expulsão é de maior alcance ainda, pois visa combater as tendências que se posicionam à esquerda, principalmente a Tendência pelo P.O.R. que faz uma oposição revolucionária à estratégia reformista do governo democrático e popular e à constituição da Frente Brasil Popular. Os acontecimentos de Diadema são apenas um motivo para se colocar a expulsão imediata ou futura das tendências que não se subordinam à Articulação. Do ponto de vista programa

tico e de princípios políticos, a contradição fundamental está entre a Articulação e a Tendência pelo P.O.R.. A defesa estratégica da Revolução e ditadura proletária nos tem colocado cada vez mais em confronto com a política do socialismo reformista da Articulação, que prima por construir o PT adaptado à democracia burguesa e aos mecanismos eleitorais. Não é por acaso que esta questão surgiu com grande publicidade nos acontecimentos do Buraco do Gazuza. Ao se levar adiante a expulsão, se estará demonstrando como a Articulação não tolera conviver com uma corrente revolucionária no PT. Agora é hora dos militantes classistas defenderem o direito de fração no PT e não se comportarem miseravelmente como a DS (Em Tempo), que votou a expulsão de Manoel Boni e acabou por se aliar ao Prefeito contra a ocupação.

A CAMPANHA DA IMPRENSA

A imprensa burguesa tem realizado uma verdadeira campanha pela expulsão das correntes de esquerda do PT. Quando houve o surto de invasão em S.P., o Estado se voltou contra o apoio de Erundina, antes desta ser eleita. Depois pressionou o PT para que este se pronunciasse contra o postulado do direito de ocupação acima do direito de propriedade. Agora volta à carga contra a esquerda, colocando suas páginas a serviço das expulsões no PT. Para isso lançou mão de todo tipo de mentiras e distorções. Atribuiu à Tendência pelo P.O.R. a utilização do movimento de ocupação para se contrapor à candidatura de Lula. Se de fato fosse essa a posição da T. P.O.R., estaria mos praticando o mais deslavado eleitoralismo. Tanto é eleitoralismo arrastar os movimentos

Comissão de ética suspende instalação

Na última reunião do Diretório Estadual, se decidiu manter a suspensão de Boni, Romildo e Tonhão decretada pelo Diretório Regional de Diadema, ao mesmo tempo, se reavaliar os acontecimentos para se tomar a decisão final nas instâncias superiores. Para isso foi acionada a Comissão de Ética, perante a qual o Prefeito também terá de depor. No dia 7 de setembro, Boni e Antonio Justino compareceram à reunião e propuseram que a comissão suspendesse o seu funcionamento até que Romildo Raposo fosse libertado. Argumentaram que Romildo está no mesmo processo de expulsão coletiva. Mas o fundamental é que a continuidade da prisão se constitui numa clara perseguição política, intolerável a qualquer organização que fale em nome dos trabalhadores. Evidentemente, o PT tem muita responsabilidade quanto à condição de Romildo ser prisioneiro político, embora os principais dirigentes da Estadual, como Paulo Okamoto, tenham condenado a ação policial e se solidarizado com o movimento pela libertação de Romildo. Inicialmente, a Comissão julgou que deveriam ser instalados os trabalhos, mas, seguindo, acatou o protesto do vereador e do vice-prefeito do PT, considerando que não poderia haver qualquer tipo de contrangimento. Sem dúvida, foi uma postura, finalmente, correta, pois caso contrário os militantes expulsos iriam depor apenas para não ser declarada a quebra de disciplina, embora do ponto de vista revolucionário não o seria.

Uma frente de luta, sem esconder divergências

A Tendência FOR, a Convergência Socialista e o grupo dos Independentes têm reunido uma verdadeira frente de luta em defesa da ocupação e da organização do movimento popular. Principalmente nossa Tendência trabalha a fundo pela estruturação das frentes de combate, que se opõem à frente eleitoralista e frente populista. O desenvolvimento da frente de luta em todo o país permitirá o proletariado encabeçar a luta da maioria nacional explorada contra os capitalistas e seu governo. Em pequena escala é o que se comprova os acontecimentos do buraco do Gazuza. Entretanto, temos exposto plenamente nossas divergências de fundo com a CS, que insiste em divorciar a ação repressiva e a conduta política do PT das suas bases programáticas.

Segundo a CS, trata-se do abandono do programa do PT pela Articulação. Nós afirmamos o contrário: o programa democrático-popular (burguês na sua essência) e a estratégia de construir um governo a partir das eleições em coligação com setores da burguesia (Frente Popular) é fruto das posições da Articulação e da adaptação das correntes pseudo-trotskistas, que capitularam estrategicamente. Não se pode desconhecer que a violência rejeitada à ocupação adôem dessa linha programática, que cada vez mais convida o PT a se submeter às relações capitalistas, a formar as burocracias repressivas (como verificamos nas Prefeituras) e a contrariar as aspirações das massas. Por isso, combatemos a farsa que a CS encena ao mistificar o programa do PT e ao impedir que todas as contradições fundamentais da Articulação sejam publicamente explicitadas frente a fatos tão importantes como os de Diadema.

sociais para a caça de votos, quanto para fazer campanha eleitoral opositora à Lula. Rejeitamos ambas as coisas.

O verdadeiro é que o PT, e com ele a candidatura Lula, se viram diante de uma luta concreta da classe trabalhadora. Tiveram de se posicionar frente à ocupação e à sua militarização. A posição da T. POR foi a de exigir o total e imediato apoio do PT e de Lula ao movimento e a condenação da repressão policial e política levada a cabo pelo prefeito de Diadema. Somente os interesses eleitorais e democratizantes poderiam condenar a luta direta, como no fundo tem ocorrido. Isso demonstra que foi essa linha anti-revolucionária que se chocou contra a ocupação. E não que a Tend. POR se colocou por fazer campanha contra Lula no plano eleitoral. Nós condenamos sim o eleitoralismo que conduziu o PT a se confrontar contra um genuíno movimento popular. Nesse ponto não mexemos um dedo a favor da idéia de que a luta prejudicaria a campanha de Lula. Porque é o contrário o que acontece: é o democratismo eleitoral que levou o PT a condenar a ocupação do Buraco do Gazuza.

A ESSÊNCIA DO PROBLEMA ELEITORAL

Onde está a raiz do conflito

político existente entre a ocupação e a campanha eleitoral? Temos defendido insistentemente que as eleições fossem um instrumento para chamar as massas à luta e não um fim estratégico para se governar o capitalismo. Ao contrário, a canalização inteira do PT para o terreno das ilusões democrático-burguesas o põe em contradição com a luta direta das massas e com a situação social explosiva do país. O choque em Diadema apenas revela a ponta do iceberg dessa política. Não é por acaso que se tem aberto uma ampla crise nas várias prefeituras dirigidas pelo PT. Todas elas têm se batido com a impossibilidade de dar soluções a enorme crise.

Esse fato tem se expressado na orientação eleitoralista, pois ela decorre da premissa de que o PT está destinado a governar o Estado burguês a favor das causas populares. Assim, a conquista das prefeituras não se constituíram num meio para o PT desenvolver uma ação revolucionária de massa. Tudo se concentra no eixo das reformas via administração do Estado. Como não é viável aplicar amplamente medidas reformistas para canalizar o movimento dos trabalhadores e amortecer, por uns tempos, a luta de classes, o resultado se tornou o oposto. As massas tendem a se chocar contra o re-

formismo impotente. O embate violento ocorrido em torno da ocupação indica muito bem as duas linhas existentes no PT: a que se apoia inteiramente na luta direta dos trabalhadores, subordinando a luta eleitoral e a que tem como fundamento o método eleitoral.

A ATITUDE DO DIRETÓRIO ESTADUAL

É necessário que se diga que o Diretório Estadual manobrou com a situação. De um lado, se opôs à intervenção policial, sem que o Prefeito acatasse imediatamente a determinação, de outro, manteve a expulsão, a ser avaliada por uma Comissão de Ética. Por incrível que pareça, apenas determinou que o Prefeito se submetesse à Comissão. Dizemos que manobrou porque os fatos estavam completamente claros. Ou se tomava partido da ocupação ou do despejo. A direção, aparentemente, pretendeu se colocar por cima dessas duas alternativas. Isso porque uma defesa franca da ocupação significaria se aliar a favor da militância classista dos expulsos e condenar a atitude reacionária do prefeito. O apoio ao prefeito, por sua vez, comprometeria diretamente a direção como um todo com a repressão policial.

Entretanto, anteriormente a cúpula partidária já havia se unido ao prefeito no "Ato contra a violência e pela democracia" numa tentativa de combater a ocupação, o que reforçou a opção pela violência policial e pela conduta ditatorial do prefeito. Não se pode dizer que a ala da Articulação de Diadema não teve o aval da direção para quebrar a ocupação. Provavelmente, se espantaram em ver até que nível a burocracia administrativa de Diadema levou o caso, a ponto de colocar o PT perante os trabalhadores como um partido repressivo. Para um caso de utilização da força policial não cabe nenhuma comissão de ética. A expulsão deve ser sumária. Para o caso do apoio e da militância em defesa da causa popular também não cabe comissão de ética. A reintegração deve ser sumária. Fora dessas soluções, só restará o acobertamento da brutalidade repressiva e a perseguição da militância classista.

UMA REUNIÃO SEM A PRESENÇA DOS DIRIGENTES PRESOS

A reunião do Diretório Estadual, que decidiu por manter a expulsão, privou de participação três dos dirigentes por estarem na prisão. Por essa razão, não pu-

Fora José Augusto, que assumo Tonhão

Os dirigentes do PT, em palavras, tem falado muito em gestão popular das prefeituras. Na campanha eleitoral municipal essa foi uma das bandeiras mais propagandeadas. Onde está o povo no poder? De que lado governa o Sr. José Augusto? A resposta do Prefeito à invasão demonstrou de vez os populistas e carreiristas eleitorais. O princípio utilizado por Gilson Mendes, e seguido por José Augusto, de que o PT governa para todos revogou sua verdadeira face. No capitalismo, ou se toma partido das massas exploradas ou da burguesia, ou se coloca pela ação direta ou do Estado capitalista (a Prefeitura é apenas uma instância do Estado). Não há meio termo. Toda essa experiência tem enorme importância para o proletariado. Ela faz ver que é impensável governar o capitalismo a favor dos trabalhadores. Os demagogos que se elegem pelo voto popular acabam se voltando contra as massas.

Na democracia capitalista, as massas elegem esses dirigentes (que se aproveitam do seu atraso e inconsciência política), mas depois não podem revogar seus mandatos quando agem como patrão. Uma vez eleitos, o partido e os candidatos escapam do controle das massas e passam a responder somente aos interesses impostos pelas relações capitalistas. É o que estamos presenciando em Diadema. O Prefeito e o Vice-Prefeito foram eleitos com o compromisso de defender as causas populares. E o que acontece? O José Augusto lança a política contra os trabalhadores e Antonio Justino é reprimido por lutar junto a eles. Quem deveria, então, comandar a Prefeitura? Sem dúvida, o vice-prefeito Antonio Justino, pois ele está cumprindo o mandato popular à risca. Foi eleito para colocar a prefeitura a serviço dos assalariados, dos pobres, dos favelados, enfim de todos os explorados.

A batalha dos sem-teto é uma causa popular, por isso, se contrapor a ela, por qualquer razão que seja, significa romper com o mandato que as massas atribuíram ao prefeito. Baseados nessa experiência é que vemos o quanto é importante denunciar a democracia burguesa e o eleitoralismo; defender a revogabilidade do mandato dos eleitos pelas massas e subordinar tudo à decisão coletiva das massas. Por esses princípios políticos e práticos, exigimos a revogação do mandato do prefeito-patrão e que o vice ag numa o posto de prefeito. FORA O PREFEITO-PATRÃO! QUE ASSUMA O MILITANTE POPULAR PELA DEMOCRACIA DIRETA DAS MASSAS! QUE SE FORME O CONSELHO POPULAR!

deram defender o movimento e nem influenciar nas decisões. Trata-se de uma gravidade sem precedente no PT. Por mais divergências que se possa ter, não se justifica a não defesa dos presos políticos. É mais infame ainda é decidir sobre as expulsões estando esses no calabouço. Desta forma, não puderam exercer livremente seu mandato de direção do partido conferido pela Convenção. O próprio PT, através do Diretório de Diadema, causou suas prisões; o Diretório Regional, assim mesmo, desconheceu o fato. Sequer uma atitude democrática marcou a postura do Diretório. Isso demonstra o quanto o PT está contaminado pelas relações opressivas da sociedade de classe.

O PRONUNCIAMENTO DE LULA

Indagado pelos participantes, que se concentraram em forma de protesto em frente de sua casa, Lula respondeu que o PT é favorável que os trabalhadores ocupem os espaços vazios. Ao mesmo tempo, se eximiu de se pronunciar sobre as expulsões. Não obstante a ligação entre a ocupação e a expulsão é inseparável. Se se concorda verdadeiramente que os trabalhadores devem ocupar as terras como forma de luta, não se pode condenar em hipótese alguma os dirigentes do movimento.

UMA POLÍTICA PROLETÁRIA PARA O MOVIMENTO POPULAR

As lutas populares, como as das ocupações pela moradia, só têm perspectiva sob a orientação e direção da classe operária organizada. Via de regra, tais movimentos estão sob a direção de correntes populistas e da Igreja. Essas direções circunscrevem a explosão social a meras pressões sobre o Estado, procurando amenizar as contradições de classe. Tais correntes, que também atuam no PT, se escoram no que denominam política habitacional. Em Diadema, a Associação Pró-Moradia expressa muito bem o que é essa política. Trata-se de obter algumas migalhas do Estado e de atender uma pequena minoria dos assalariados. Ainda assim há um limite econômico para a aquisição de uma moradia popular, como ganhar acima de três salários mínimos. Esse tipo de "solução popular" é completamente enganosa, pois cria a ilusão nas possibilidades do Estado ser colocado a favor das massas. Na verdade, no interior do capitalismo não ocorrerá a erradicação da crescente marginalização de uma ampla ca-

Abstenção é compromisso

Em reunião da CUT/Regional SP para organizar a campanha salarial unificada, a Tendência POR se colocou por um pronunciamento a favor da ocupação e contra a expulsão dos militantes do PT. Como era de esperar, os membros da Articulação reagiram prontamente a qualquer defesa da luta. Não obstante, o extraordinário foi como se comportaram influentes dirigentes da CUT pela Base. Simplesmente justificaram que teriam de ouvir a voz de duas partes envolvidas, por isso se recusavam a assinar o abaixo-assinado em apoio. Essa mesma atitude fez com que os ativistas ligados à CUT pela Base se abstivessem na votação da moção de apoio à ocupação apresentada no Conselho da Apoesp. Tal abstenção denunciava a fraqueza da CUT pela Base frente a uma circunstância claramente de opressão política e social. Denunciava também as relações de compromisso e a proximidade de fato com a Articulação.

Dizemos isso porque tudo estava evidente. Não havia duas versões. A intervenção militar, o desalojamento e prisão de militantes não permitem versões. Assim como o ato de ocupar dos sem-teto também não. A verdade é que os dirigentes da CUT pela Base optaram por não desgatar a Articulação, enquanto que uma parcela do grupo se colocou a favor. Companheiros da CUT pela Base, a abstenção diante de tal coque classista significa compromisso com o lado oposto ao dos trabalhadores. Chamamos os companheiros a reverem essa posição e saírem abertamente contra a repressão policial e também contra as expulsões. Se a DS pertence a esse agrupamento, é um dever da CUT pela Base discutir e reprovar seu voto favorável às expulsões.

mada de trabalhadores.

O fenômeno das favelas e dos sem-teto tem suas causas na exploração do trabalho e no esgotamento progressivo das possibilidades econômicas do capitalismo, que se contorce em uma crise estrutural. Uma conduta séria e revolucionária perante esse problema implica não só na aplicação das formas de luta direta como na subordinação do movimento à classe operária. Para isso é necessário que, através de suas organizações de massa (sindicatos, CUT, etc.), o proletariado assumira as bandeiras populares e vincule as ocupações às greves de massa. Esse foi um ponto central defendido pela T.POR nesse processo de ocupação. Chamamos a CUT a defendê-la e a incorporar as reivindicações populares como pontos para a luta de toda a classe trabalhadora, que se expressará na greve geral por tempo indeterminado. Por esse caminho é que nascerão verdadeiros organismos, como as assembleias e comitês populares, e a luta do proletariado assumirá o caráter de maioria nacional

contra os exploradores e a miséria. O combate do PT à T.POR, pelo fato de ter desenvolvido a ocupação em Diadema, resulta numa investida a essa orientação proletária para o movimento popular.

DEFENDER A MILITÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

Todas essas colocações políticas localizam a T.POR no mais estrito caminho de classe. E são com elas que convocamos todos os militantes, ativistas sindicais e correntes de esquerda a rechaçarem a expulsão de Boni, Antonio Justino e Romildo. As circunstâncias impõem que os classistas realizem uma campanha pela abertura da discussão em todo partido. Que as correntes ameaçadas de expulsão tenham o direito de ampla defesa no interior do partido, inclusive através de suas publicações. Que não haja, portanto, nenhuma expulsão, a não ser a dos responsáveis pela agressão militar contra os ocupantes.

Os frente-populistas contra a ocupação

O PCdoB, em nota, considera que "a verdadeira causa da crise do Buraço do Gazúza, das cenas de pancadarias envolvendo Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores do PT, não tem nada a ver com o movimento por moradia". Desta forma, a ocupação massiva do terreno e as inúmeras assembleias populares, envolvendo mais de mil trabalhadores, não passam de luta entre facções do PT. Mas a nota do PCdoB não tarda por revelar o porquê da negação da própria realidade. No último parágrafo afirma: "O PCdoB de Diadema chama os demais partidos de esquerda e todos os trabalhadores da cidade a não pegarem de vista a batalha maior do momento - a sucessão presidencial (...) "A vitória de Lula e da Frente Brasil Popular é a maneira concreta de abrir caminho para o enfrentamento dos problemas do povo, inclusive o da habitação". Então não é que o movimento de ocupação do Buraço do Gazúza "não tem nada a ver com o movimento por moradia" e sim que o PCdoB está contra a mobilização direta das massas, que colide com a política de coligação de classes da Frente Popular, tão defendida pelos estalinistas. Para os frente-populistas eleitores a solução dos grandes problemas virá por intermédio da vitória eleitoral e não do combate das massas. Esta é a essência que une o PCdoB e Articulação contra o movimento dos sem-teto de Diadema.

O proletariado dá sua resposta

"Nestes últimos quatro anos, tudo piorou muito. A gente trabalha o dia inteiro 500 metros abaixo da terra, se entopem os pulmões de carvão e a sujeira fica grudada em cada prego do corpo. Quando saímos à superfície depois de 7 horas, sequer conseguimos um pedaço de sabão. Ao mesmo tempo, os burocratas ganham o dobro e o triplo de nós e só esquentam a cadeira. Eles têm carro, vivem uma vida decente, enquanto nós somos condenados." ALEXANDER POLTEVKO, operário de 35 anos, com 17 de trabalho nas minas da Sibéria, expressava desta forma a fratura, transformada em crise política, entre as massas operárias da União Soviética e a burocracia reacionária.

Está também colocada ali, a relação entre a luta econômica do movimento operário e as questões estritamente políticas. Na Sibéria, na Ucrânia e em vários pontos do país, mais de meio milhão de operários se lançaram à greve em demanda de aumentos salariais, melhores condições e segurança no trabalho, autonomia regional e econômica, controle operário da produção e comercialização. A estes reclamamos, se agregou o protesto pela desinformação e deformação das notícias do conflito pela imprensa oficial. Os trabalhadores esclareceram que suas reivindicações eram basicamente econômicas, porém destacaram: "a existência em si dos comitês de greve é um fato político. Somos o novo Solidariedade".

ATRASO ECONÔMICO E LUTA DE MASSAS

A "Perestroika" conduziu a União Soviética a situações já superadas muito tempo atrás. Pelo princípio da concorrência entre as empresas e o prêmio à maior rentabilidade foi anulada a conquista revolucionária de trabalho para todos e se instaurou de novo o fantasma do desemprego. Se enfraqueceu a economia centralizada e planeja da ao permitir que cada empresa comercialize por sua conta com outras e inclusive com o exterior. Se abriram as portas do país à penetração do capital financeiro, do imperialismo, e tal política golpeou duramente as condições de vida e de trabalho das massas.

A casta parasitária que governa a União Soviética, esse burocratas que vivem como Reis "só esquentando a cadeira", como diz o operário "Poltevkko", constitui um poderoso obstáculo contra o desenvolvimento econômico do Estado operário. AS FORÇAS PRODUTIVAS NO PAÍS DE LENIN CHEGARAM A UM PONTO TAL DE CRESCIMENTO QUE JÁ NÃO PODEM SE DESENVOLVER SEM O IMPULSO DA REVOLUÇÃO MUNDIAL. Os burocratas, que preservam antes de tudo seus próprios interesses de camarilha e atentam contra os interesses gerais do Estado, longe de aplicar uma política de respaldo aos processos revolucionários, abrem uma via de regressão capitalista na União Soviética.

Os jornais falam de uma visita de Gorbachev às minas de Izhorsky, em Leningrado, durante a qual se viu pela televisão as mulheres moendo moinho com maquinário completamente obsoleto. Em Stavropol, no sul do país, grupos de caminhoneiros denunciaram à imprensa que eram obrigados a aguardar de 3 a 4 horas diante dos silos, porque os equipamentos elevadores de material eram velhos e funcionavam sobrecarregados, enquanto que os grãos escapam pelos buracos dos silos e servem de alimento aos ratos. Além disso, estão ali tão somente a décima parte dos caminhões necessários para o transporte do cereal. São só exemplos do atraso Soviético, de sua tecnologia caduca, de seu pesado e antieconômico aparato industrial. A URSS SÓ PODE PÁ SAIR DESSA SITUAÇÃO COM A PODEROSA ALAVANCA DA ECONOMIA MUNDIAL, MAS ESSA ALAVANCA SÓ PODE SER COLOCADA A SUA DISPOSIÇÃO PELO PROLETARIADO INTERNACIONAL, E NUNCA PELO BUSCH OU PELA TATCHER. Os burocratas estão convencidos do contrário e mandam seus técnicos a "city" londrinese estudar os manejos da bolsa e da economia de mercado, como fez Alboray. Agora o velho e heróico proletariado russo busca retomar suas tradições e se levanta contra essa traição.

OS COMITÊS DE GREVE

"Nossos sindicatos não representam os interesses dos trabalhadores; eles tem jornais, dinheiro e direitos. Nós não temos nem jornais, nem dinheiro nem direitos, mas temos a vontade de defender os direitos dos trabalhadores", declarou um mineiro do comitê de greve siberiano. Mais uma vez fica expressada a ruptura dos operários soviéticos com a burocracia estatal e com os sindicatos oficialistas. Essa ruptura, essa desconfiança dos trabalhadores para com os burocratas, se torna agora força material, força organizada, precisamente nos comitês de greve que tendem a transformar-se em verdadeiros órgãos de poder das massas. Os comitês de greve têm exigido a separação dos cargos estatais dos partidários, têm expulso numerosos burocratas do PC e decidem por sua conta a que empresas e regiões enviar o carvão e a quais não. Quer dizer, começam a cumprir função de governo.

Naqueles lugares onde as greves são levadas porque o governo cedeu às reivindicações operárias, os comitês de greve continuam funcionando e se transformam em órgãos permanentes. "Moscou promete muito, mas vamos ver se cumpre. Estamos cansados de viver como cachorros", disseram os trabalhadores. Novamente se manifesta a desconfiança para com a camarilha do Cremlin, e a decisão de se apoiar só nas próprias forças, na sua organização.

São especialmente interessantes as declarações de uma operária ucraniana: "é hora de acabarmos com os patrões, não os precisamos". Isto é a burocracia, uma patronal que vive às custas do trabalho alheio. Não só que o movimento operário não os precisa, senão que é urgente acabar com eles, é preciso esmagá-los para assegurar as conquistas da revolução, para que ressurgam as bandeiras de outubro.

A presença proletária deu um novo caráter à luta das nações oprimidas da URSS. O câncer burocrático que mantém o país no atraso não pode resolver o problema das nacionalidades, que somente pode ser solucionado no marco de um desenvolvimento econômico sustentado. Agora, o movimento operário se ergue como dirigente dessas nações oprimidas pela Rússia branca pelos burocratas de Moscou, o que não pode menos valer com a direita e orientar o combate nacional na perspectiva da revolução política.

A imprensa registra que um reacionário da chamada "União Democrática", que propõe abertamente o retorno ao capitalismo, quiz falar numa assembleia dos mineiros e foi violentamente expulso dali. Certamente, nenhum operário quer que as fábricas voltem às mãos de seus antigos donos. Trata-se de expulsar a burocracia e fazer com que os órgãos de poder das massas tenham a seu cargo os destinos do Estado Operário.

Ao mesmo tempo, Gorbachev adverte que as greves se transformaram já numa "crise política e nacional", os parlamentares discutem uma LEI DE GREVE e a velha guarda brejneviana exige a repressão das massas em luta. Desta maneira, a sombra trágica da Praça Tiananmen (palco do massacre de estudantes chineses) começa a se projetar na cabeça de alguns burocratas.

A obrigação de todo aquele que se declare revolucionário em qualquer lugar do mundo é dar a maior solidariedade ao movimento grevista da URSS, e os trabalhadores do mundo inteiro devem tirar desta luta as lições correspondentes. Sem dúvida, a sorte da revolução política na URSS, Europa Oriental e China dependerá da direção que surja do combate. Seguramente, o trabalho do partido revolucionário chegará à URSS de fora de suas fronteiras, e essa tarefa é parte indissolúvel da construção do Partido mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

(Artigo extraído do Jornal Massas do POR Argentino, edição nº 24 de 27.07.89)